



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO AMAZONAS

E-BOOK



**REVISÃO
DE VÉSPERA**

**ALEAM
2025**

**Analista Legislativo
Assistente Social**



1



2



REVISÃO DE VÉSPERA ALEAM 2025

ANALISTA LEGISLATIVO - ASSISTENTE SOCIAL

3



SERVIÇO SOCIAL

Prof^a. Anna Valéria

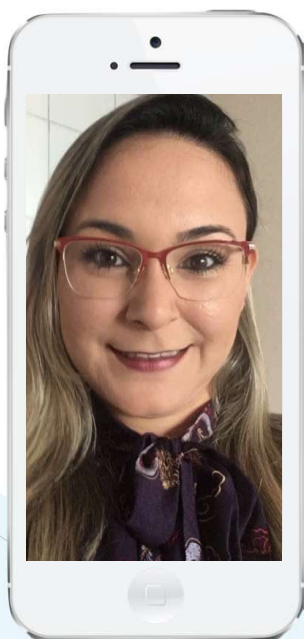
4



QUESTÕES COMENTADAS BANCA FGV

Prof^a. Anna Valéria

5



Prof^a. Anna Valéria



@annavaleriaandrade

6



HORA DE
PRATICAR!

(FGV- 2025) Nos termos da Lei Federal nº 8662/93, constitui atribuição privativa de assistentes sociais:

(A) realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

(B) planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais em prol da classe trabalhadora.

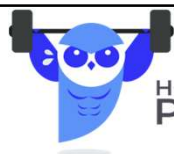


HORA DE
PRATICAR!

(C) planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidade de Serviço Social.

(D) orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso deles no atendimento e na defesa de seus direitos.

(E) encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.



(FGV – 2024) A lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de assistente social e estabelece sua regulamentação, determina as competências do assistente social e as atribuições privativas do assistente social. Considerando o texto legal, “a realização de “estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades” constitui:

- A) uma especialidade que requer titulação acadêmica.
- B) uma das atribuições privativas dos assistentes sociais que pertencem aos quadros do Poder Judiciário.
- C) uma das competências do Assistente Social.



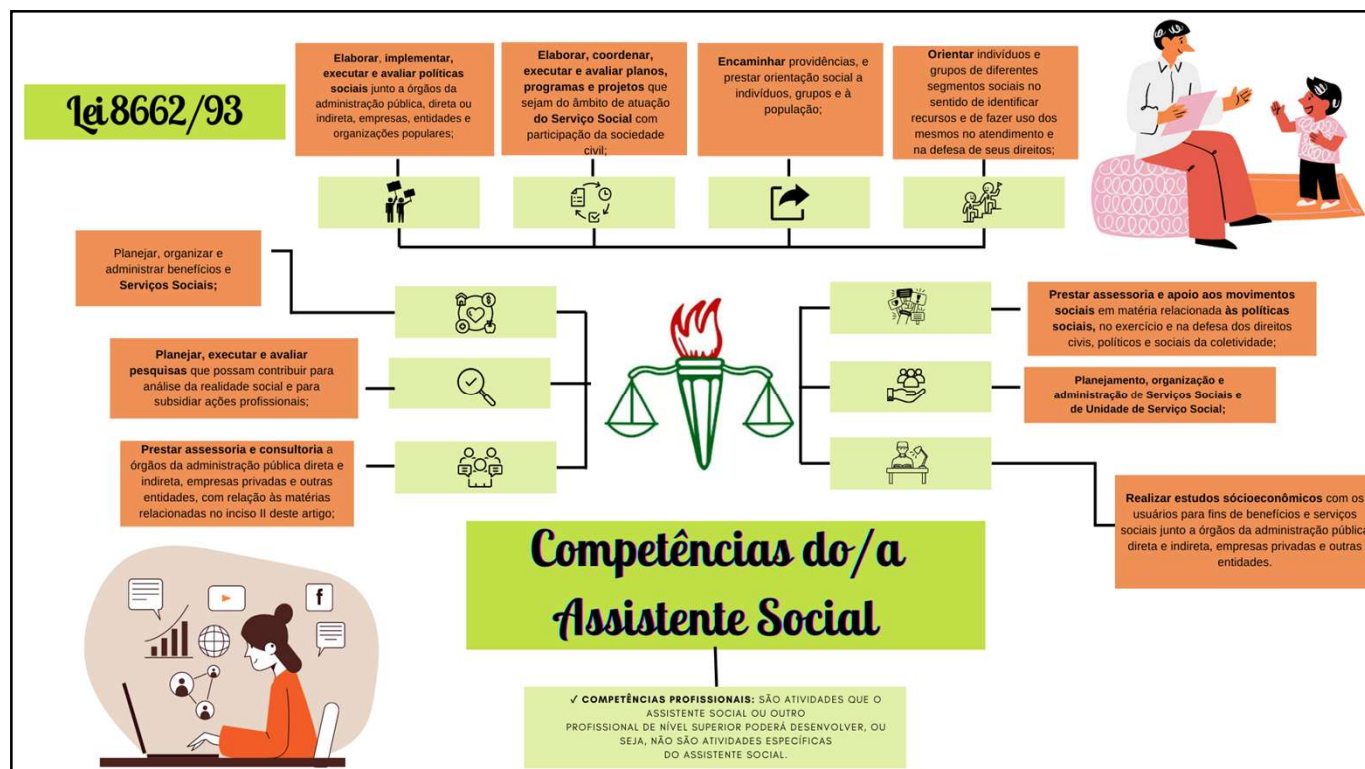
(FGV – 2024) A lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de assistente social e estabelece sua regulamentação, determina as competências do assistente social e as atribuições privativas do assistente social. Considerando o texto legal, “a realização de “estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades” constitui:

- D) atribuição privativa de todos os profissionais que possuem formação na área de ciências sociais aplicadas.
- E) atribuição exclusiva dos assistentes sociais que pertencem aos quadros do Ministério Público.

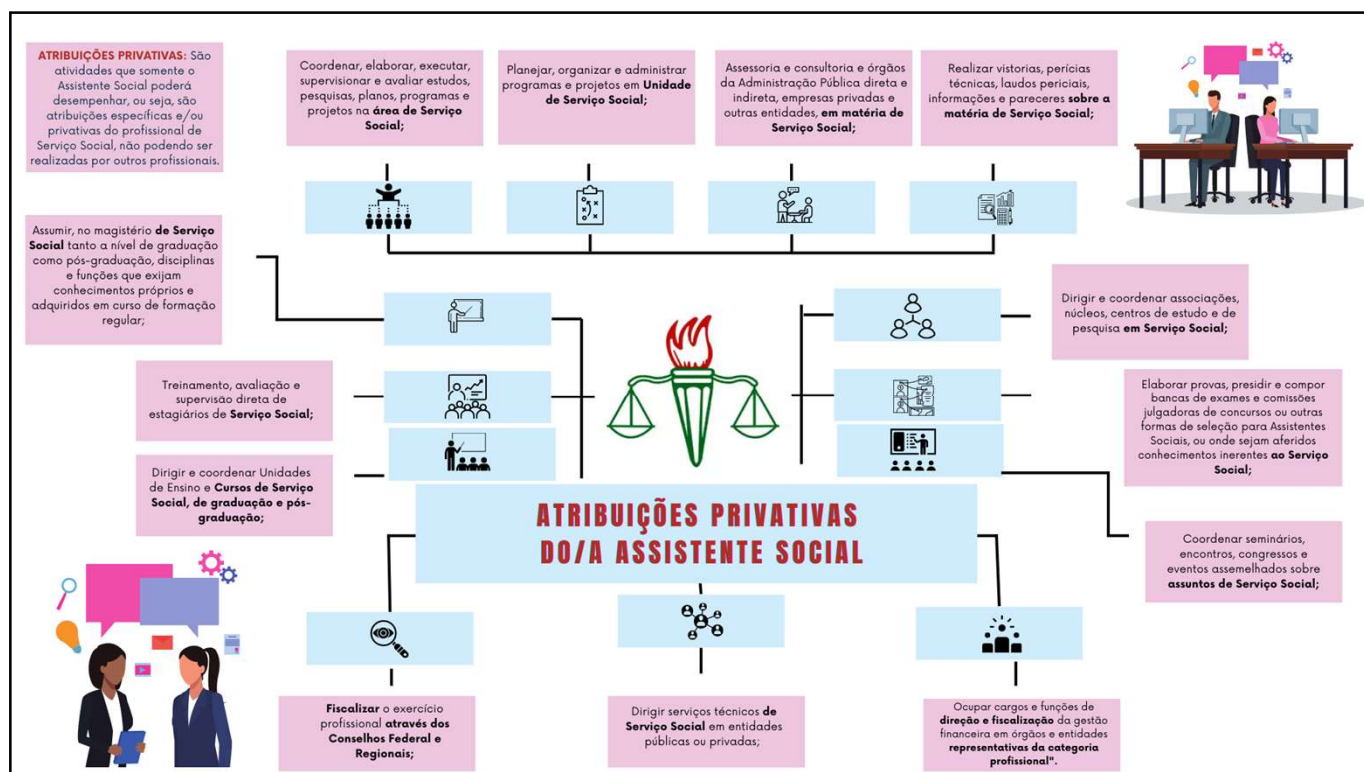


Questões Comentadas – Banca FGV
Profa. Anna Valéria Andrade

11



12



13

HORA DE PRATICAR!

(FGV – 2024) A produção de documentos e a emissão de opinião técnica por profissionais de Serviço Social, por meio de diversos tipos de registros, como informes, relatórios, laudos e pareceres, faz parte das atribuições e competências profissionais de assistentes sociais. Embora não exista um modelo ideal de relatórios, laudos e pareceres, pois os profissionais gozam de autonomia, existem parâmetros que devem ser considerados na elaboração de um laudo social em uma ação judicial. Um desses parâmetros estabelece que o laudo deve:

A) reunir o maior número de dados possíveis para alcançar a verdade dos fatos.

B) juntar documentos para comprovar as informações contidas, pois é isto que confere legitimidade ao parecer.

Revisão – Questões comentadas - FGV
Prof.ª Anna Valéria Andrade

14



- C) ser descritivo, para não deixar dúvidas quanto à veracidade dos dados nele contidos.
- D) reproduzir de modo literal as falas dos usuários, para embasar o posicionamento profissional.
- E) articular os dados com a totalidade que explica a situação em análise, de modo a evitar interpretações com viés punitivista.



(FGV – 2024) Para Fávero et al. (2020), um estudo social “(...) exige a inserção do objeto sobre o qual incide o trabalho profissional na totalidade social que o produz e o explica.” Esse processo implica em estabelecer as relações do objeto estudado com as dimensões:

- A) de vulnerabilidade social atendidas pelas políticas sociais.
- B) sociais, econômicas, políticas e culturais da vida social.
- C) próprias da perspectiva teórico-metodológica da profissão.
- D) características do trabalho de interventores sociais.

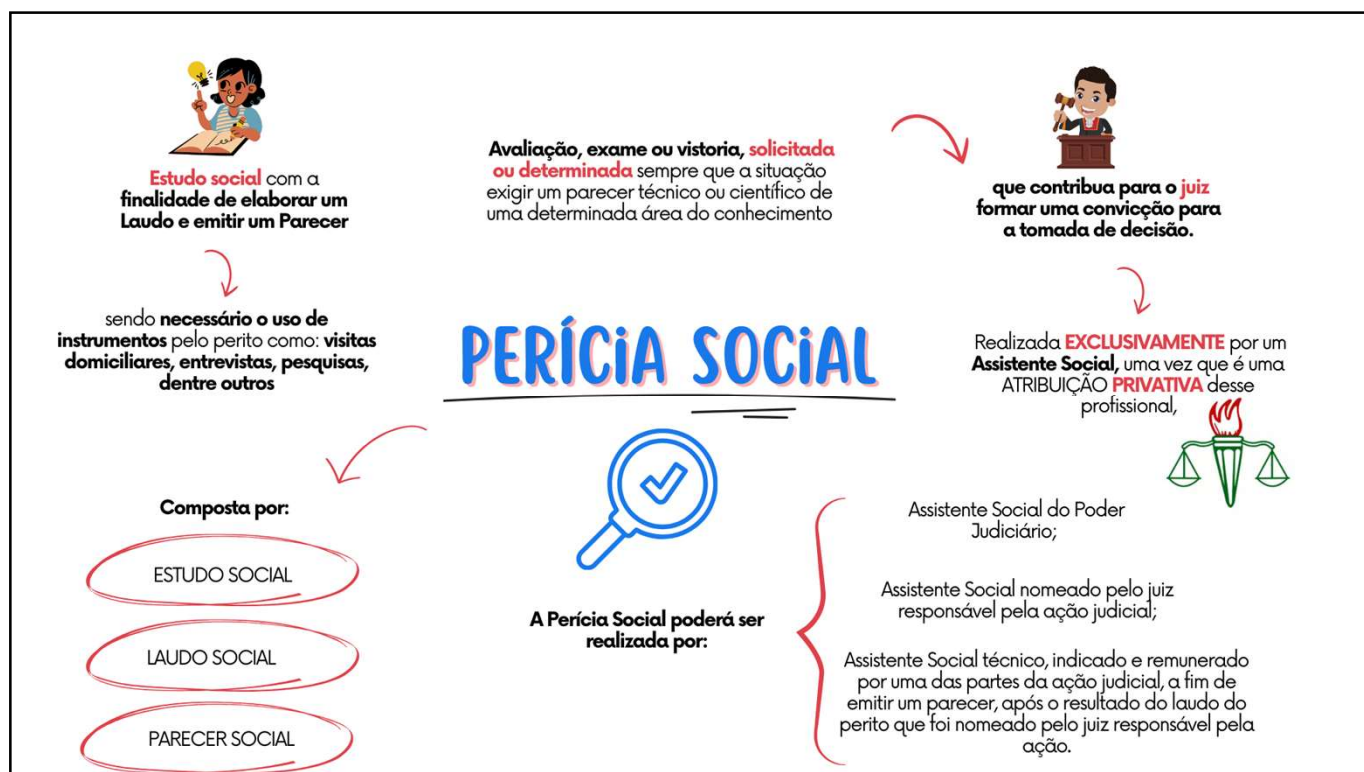


Questões Comentadas – Banca FGV
Profa. Anna Valéria Andrade

17



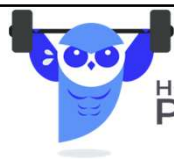
18



19



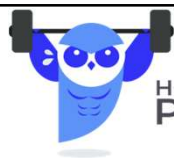
20



(FGV – 2025) A questão social, como fruto da sociedade do capital, pode se apresentar nas suas mais diversas expressões, das quais pobreza e miséria são componentes, juntamente com a violência, o desemprego, a indigência, a fome, as desigualdades, a carência de políticas sociais, entre outras.

A questão social trata, portanto, de uma totalidade imbuída de outras totalidades que se expressam de forma latente no modo de produção capitalista e que detém uma base material econômica, política e social, além de ser permeada:

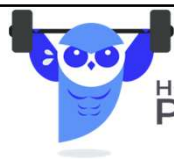
- A) pela questão de classe, que a desvela em suas contradições.
- B) pela premissa de uma insubordinação ao capital em sua feição contemporânea.



(FGV – 2025) A questão social, como fruto da sociedade do capital, pode se apresentar nas suas mais diversas expressões, das quais pobreza e miséria são componentes, juntamente com a violência, o desemprego, a indigência, a fome, as desigualdades, a carência de políticas sociais, entre outras.

A questão social trata, portanto, de uma totalidade imbuída de outras totalidades que se expressam de forma latente no modo de produção capitalista e que detém uma base material econômica, política e social, além de ser permeada:

- C) por uma perspectiva de moralidade intrínseca ao capital financeiro.
- D) pelo entendimento de ser um elemento separável da engrenagem do capital.
- E) por uma concepção de se tratar de problema individual a ser resolvido via mercado.



HORA DE PRATICAR!

(FGV – 2025) Entre as tendências do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, Netto (2004) identifica uma delas como a herdeira do legado do que foi produzido de mais crítico e avançado no Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. Assinale a opção que identifica essa tendência.

- A) Desenvolvimento e Organização de Comunidade.
- B) Intenção de ruptura.
- C) Perspectiva modernizadora.
- D) Reatualização do conservadorismo.
- E) Projeto nacional-desenvolvimentista.

Revisão – Questões comentadas - FGV
Profa. Anna Valéria Andrade

23



24



(FGV – 2024) O Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo de reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora. (Iamamoto & Carvalho, 1982). A partir do pensamento dos autores, podemos afirmar que o Serviço Social:

- A) busca uma ação global de cunho socioeducativo, voltada para mudanças na maneira de ser, de ver e agir dos indivíduos, buscando a adesão dos sujeitos para o seu projeto profissional.
- B) fundamenta-se na espontaneidade, na apropriação natural dos costumes, dos modos e comportamentos da sociedade que originam a capacidade de reproduzir as motivações particulares e as humano-genéricas.

Revisão - Questões comentadas - FGV
Profa. Anna Valéria Andrade



- C) emerge e se afirma em sua evolução como uma categoria voltada para a intervenção na sociedade, a partir da ideologia burguesa, sendo sua representação social e institucional.
- D) é necessariamente polarizado tanto pelos interesses da burguesia como do proletariado, tendo por suposto que estas forças contraditórias não se excluem do contexto profissional.
- E) subestima o lugar das organizações políticas das classes sociais no processo de transformação da sociedade, enquanto sujeitos e motor da história.

Revisão - Questões comentadas - FGV
Profa. Anna Valéria Andrade



HORA DE PRATICAR!

(FGV – 2024) Entre os autores vinculados à Teoria Crítica, há consenso de que a base da requisição profissional do Serviço Social é a questão social. Segundo Iamamoto (2001), a análise da questão social encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários e é indissociável das configurações assumidas pelo(a):

- A) proletariado
- B) sociedade salarial
- C) política social
- D) trabalho
- E) Estado.

Revisão - Questões comentadas - FGV
Profa. Anna Valéria Andrade

QUESTÃO SOCIAL

01 Conceito

Conjunto das desigualdades que se origina no modo de produção capitalista do século XIX

02 Constituída

Capitalismo industrial + aumento da pauperização + insatisfação dos trabalhadores = Estado intervindo.

03 Como era tratada

De forma naturalizada; intervenção política limitada → ação moralizadora

04 Resulta

Na formação da classe operária - entrada no cenário político e necessidade de seu reconhecimento pelo Estado.

05 Nova Questão Social

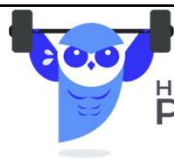
Iamamoto, Netto, Potyara e Pastorini: São velhas questões sociais assumindo novas roupagens.

06 No Capitalismo Monopolista

Problema de distribuição de mercado. Tratamento segmentado da questão social.

07 No Neoliberalismo

Problema individual; mínima intervenção estatal na área social, políticas focalizadas, precárias, regionalizadas e passíveis de clientelismo.

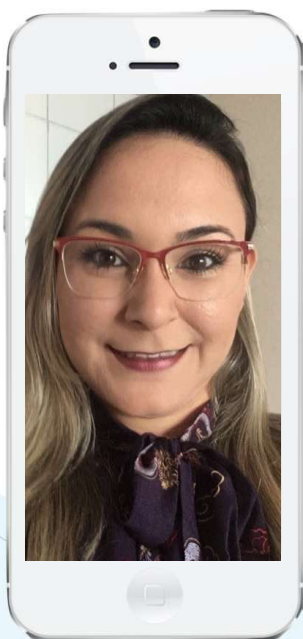


HORA DE
PRATICAR!

(FGV – 2024) Pensando no Serviço Social hoje, Raichelis (2020) avalia que o trabalho do assistente social está inserido no que ficou conhecido como a nova morfologia do trabalho, tipificada pelo tripé:

- A) terceirização, flexibilização e precarização.
- B) estabilidade, mercantilização e autonomia.
- C) uberização, prejetização e regulamentação.
- D) burocratização, pragmatismo e imediatividade.

Revisão - Questões comentadas - FGV
Profa. Anna Valéria Andrade



Profª. Anna Valéria



@annavaleriaandrade



OBRIGADA!

Prof^a. Anna Valéria

31



SERVIÇO SOCIAL

Prof^a. Nilza Ciciliati

32

(FGV - 2025 - Prefeitura de Canaã dos Carajás - PA) Para muitos autores vinculados à matriz crítica do pensamento social, o Código de Ética do Serviço Social de 1986 é considerado como um divisor de águas, porque

- A) estabelece a igualdade entre ética e moral nas ações de intervenção profissional.
- B) assume a função de normatizar as condutas profissionais por meio de uma absolutização de valores.
- C) rompe com concepções éticas imutáveis e abstratas, idealistas e metafísicas de bem comum e pessoa humana.
- D) descarta os fundamentos ontológicos do ser social como a base de constituição das capacidades humanas.
- E) remete ao caráter normativo e jurídico que regulamentam a profissão no que concerne às implicações éticas de sua ação.



Prof.ª Nilza Ciciliati

(FGV - 2025 - EBSEH) O conjunto das conquistas efetivadas no Código de Ética de 1986 pode ser resumido no seguinte aspecto:

- A) presença de traços da renovação profissional no contexto da modernização conservadora.
- B) referência a uma concepção de humano genérico.
- C) desvelamento do caráter político da intervenção ética.
- D) existência de uma hierarquia social nas funções exercidas por cada ser.
- E) supressão das referências democrático-liberais em favor do tecnicismo.



Prof.ª Nilza Ciciliati

- **Código de Ética de 1986:** construído coletivamente pela categoria, descaracterizou a tendência legalista do Código anterior e se articulou a um projeto de sociedade, politizando sua natureza, com comprometimento com a classe trabalhadora, superando valores ahistóricos e rompendo com o conservadorismo

↳ **Conquistas efetivadas no CE de 86:**

- ✓ Rompimento com a pretensa perspectiva "imparcial" dos códigos anteriores;
- ✓ Desvelamento do caráter político da intervenção ética;
- ✓ Explicitação do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de pessoa humana;
- ✓ Negação de valores a-históricos;
- ✓ Recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído;



Prof.ª Nilza Ciciliati

(FGV - 2025 - Prefeitura de Canaã dos Carajás - PA) Com relação ao Código de Ética do Assistente Social, analise os itens a seguir.

I. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária.

II. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios do Código.

III. Reconhecimento da igualdade como valor ético superior à liberdade individual e como central para a emancipação coletiva.

Pertence ao Código de Ética o que se indica em:

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) III, apenas.



Prof.ª Nilza Ciciliati

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DO(A) ASSISTENTE SOCIAL

1. liberdade como valor Ético Central
2. Defesa dos Direitos Humanos e recusa do autoritarismo
3. Consolidação da Cidadania
4. Defesa da Democracia
5. Posicionamento em favor da Equidade e Justiça Social
6. Empenho na Eliminação de todas as formas de Preconceito
7. Garantida do Pluralismo
8. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária
9. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais
10. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados
11. Exercício do serviço social sem discriminar e sem ser discriminado



Prof.ª Nilza Ciciliati

37

(FGV – 2023) Considerando o Código de Ética Profissional do Assistente Social, avalie se os direitos do Assistente Social incluem: I. Desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional. II. Liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos. III. Ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções. Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.



Prof.ª Nilza Ciciliati

38

garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;

desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;

livre exercício das atividades inerentes à Profissão;

aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;

participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;

pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;

inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;

ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;

DIREITOS DO ASSISTENTE SOCIAL

liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.



Prof.ª Nilza Ciciliati

(FGV – 2022) O Art. 2º, inciso h, do Código de Ética Profissional do Assistente Social "assegura ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo o profissional obrigado a prestar serviços incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções". Caso seja convocado a colaborar no atendimento a vítimas de enchentes e deslizamentos, o assistente social deve:

- (A) atender à convocação, uma vez que tal ato constitui dever do assistente social;
- (B) atender à convocação, desde que publicada nominalmente em Diário Oficial;
- (C) recusar a convocação, uma vez que a secretaria de governo responsável dispõe de profissionais habilitados para tal;
- (D) recusar a convocação, uma vez que é vedado ao assistente social assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado;
- (E) atender à convocação por dever humanitário, uma vez que essa é a essência do Serviço Social.



Prof.ª Nilza Ciciliati

desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;

abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;



DEVERES DO ASSISTENTE SOCIAL

utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;

participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.



Prof.ª Nilza Ciciliati

(FGV - 2025 - TRT - 24ª REGIÃO (MS)) Sobre os deveres do assistente social, de acordo com o Código de Ética vigente, assinale a afirmativa correta.

- A) Ter o sentido de justiça, empregando o máximo de seus conhecimentos e o melhor de sua capacidade profissional, para a solução dos vários problemas sociais.
- B) Privilegiar práticas coletivas com os usuários no sentido de possibilitar a sua participação no processo de decisão e gestão institucional.
- C) Guardar rigoroso sigilo, mesmo em depoimentos judiciais, sobre o que saiba em razão do seu ofício.
- D) Zelar pela família, defendendo a prioridade dos seus direitos e encorajando as medidas que favoreçam sua estabilidade e integridade.
- E) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.



Prof.ª Nilza Ciciliati

(FGV – 2024) O atual código de ética profissional dos assistentes sociais estabelece o sigilo profissional como um direito do assistente social que protegerá o usuário em tudo aquilo de que tome conhecimento como decorrência do exercício profissional. A quebra do sigilo é admissível apenas

- A) quando o assistente social testemunhar em juízo, em ação referente a um usuário por ele atendido.
- B) quando o assistente social atua como perito judicial.
- C) quando o assistente social atua em situações que envolvem crianças e adolescentes.
- D) em situações cuja gravidade possa trazer prejuízo financeiros ao usuário, a terceiros e à coletividade.
- E) em situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.



Prof.ª Nilza Ciciliati



Fique atento(a) no art. 15, pois o sigilo profissional é um "direito" e **não um "dever"**.

Fique atento(a) também nos casos em que **o sigilo é admissível!**

Art. 18 A quebra do sigilo **só é admissível** quando se tratarem de **situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.**

Parágrafo único A revelação será feita dentro do **estritamente necessário**, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento.



Prof.ª Nilza Ciciliati

(FGV - 2021) A regulamentação da supervisão direta de estágio em Serviço Social é de competência exclusiva do/a

- A. campo de estágio.
- B. Ministério da Educação.
- C. ABEPSS.
- D. Instituição de Ensino Superior.
- E. CFESS.



Prof.ª Nilza Ciciliati

(FGV - 2019) Ricardo está entusiasmado com o seu primeiro dia de estágio em Serviço Social. Ao chegar à instituição, lhe é designada Gisele, assistente social voluntária há dois anos. Por ter conhecimento da Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008, Ricardo sabe que:

- A. a instituição de ensino deverá ser informada a respeito da condição da profissional designada para supervisioná-lo;
- B. mesmo sendo voluntária, a profissional é formada e, portanto, habilitada a supervisioná-lo;
- C. deverá perguntar à Chefia do Serviço Social se a profissional possui autorização do CRESS para exercer a supervisão;
- D. uma vez que a instituição aceitou um profissional voluntário em seu quadro, este possui as mesmas prerrogativas que os efetivos;
- E. a profissional não poderá supervisioná-lo, uma vez que deve ser funcionária do quadro de pessoal da instituição.



Prof.ª Nilza Ciciliati

RESOLUÇÃO CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social

Unidades de Ensino informar ao CRESS, semestralmente, em 30 dias: campos credenciados; nome e nº CRESS dos responsáveis pela supervisão; nome do estagiário e semestre.

Novas vagas: informar em até 15 dias. Senão: multa de 1 a 5 x anuidade.

Supervisão direta (atribuição privativa): supervisor de campo: AS da instituição; supervisor acadêmico: AS da Unidade de Ensino.

Requisitos básicos: espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade



Prof.ª Nilza Ciciliati

RESOLUÇÃO CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social

Número de estagiários: máximo de 1 p/ cada 10 horas semanais de trabalho.

Cabe ao supervisor de campo: apresentar projeto de trabalho à unidade de ensino.

Cabe aos supervisores acadêmico e de campo: avaliar abertura e encerramento do estágio; acordar sobre o início, a inserção e o nº de estagiários; planejar as atividades; verificar o semestre correto do estágio; realizar reuniões de orientação; atestar e reconhecer as horas de estágio e emitir avaliação e nota.

Cabe aos supervisores acadêmico e de campo e estagiário: construir plano de estágio.



Prof.ª Nilza Ciciliati



Prof.ª Nilza Ciciliati

49



A **Lei nº 14.624/2023** institui o **cordão de fita com desenhos de girassóis** como **símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas ou não aparentes**.



- O **uso do cordão é opcional** e o exercício dos direitos da pessoa com deficiência **não depende da utilização desse acessório**.
- O símbolo **não substitui a apresentação de documento comprobatório de deficiência** quando requisitado por atendentes ou autoridades competentes.



Prof.ª Nilza Ciciliati

50

(FGV - 2023) De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento

A) de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

B) de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

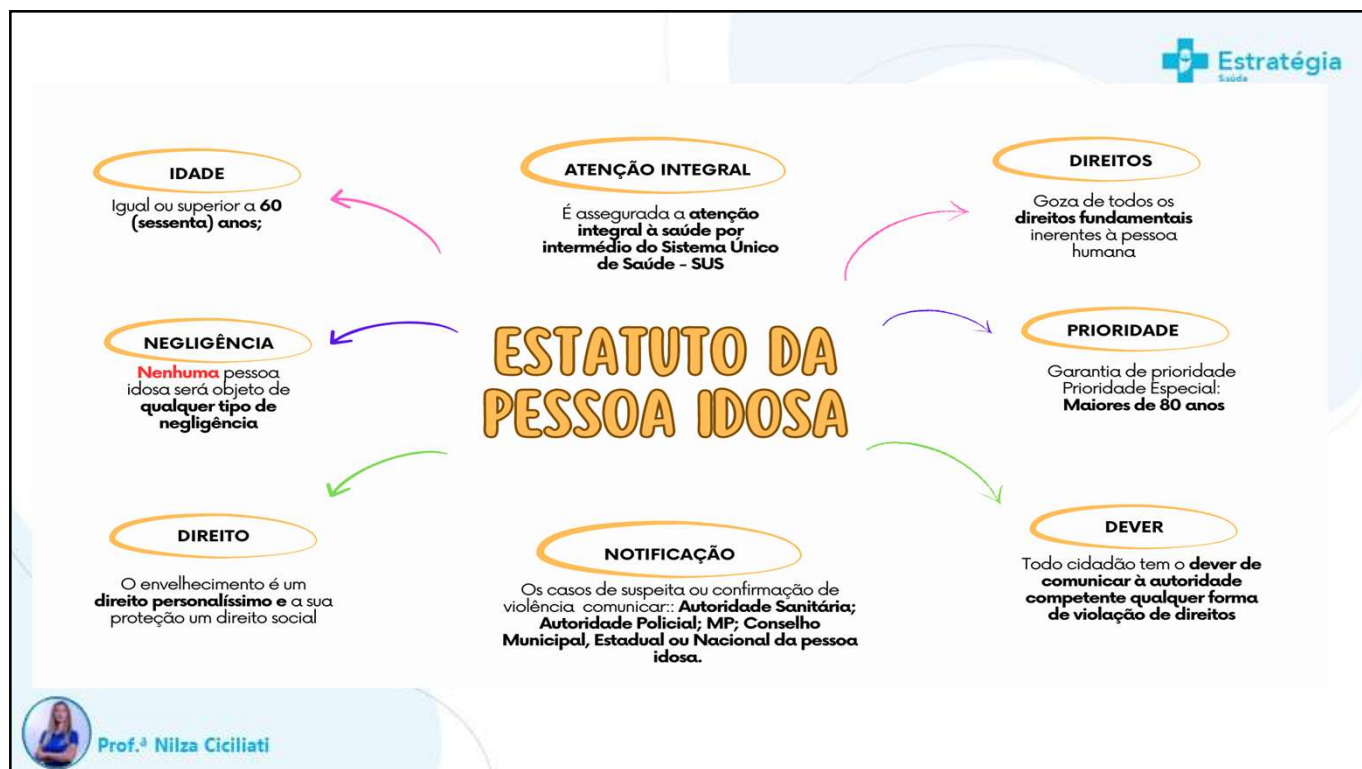
C) de longo prazo de natureza apenas física, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

D) de curto, médio ou longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

E) de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.



Prof.ª Nilza Ciciliati



Prof.ª Nilza Ciciliati

É VEDADO (A)

A discriminação da pessoa idosa nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

Exigir o comparecimento da pessoa idosa enferma perante os órgãos públicos, hipótese na qual será admitido o seguinte procedimento:

I - quando de interesse do poder público, o agente promoverá o contato necessário com a pessoa idosa em sua residência;

II - quando de interesse da própria pessoa idosa, este se fará representar por procurador legalmente constituído.



IMPORTANTE

Em todo atendimento de saúde, os **MAIORES DE 80 ANOS** terão **PREFERÊNCIA ESPECIAL** sobre os demais idosos, exceto em caso de emergência.

A lei também assegura às Pessoas Idosas **INTERNADO OU EM OBSERVAÇÃO** o direito a um **ACOMPANHANTE** em tempo integral.

Nos casos em que a pessoa idosa não se encontra em condições de optar pelo seu tratamento, esta opção será feita:

Pelo curador, quando a pessoa idosa for interditado;

Pelos familiares, quando a pessoa idosa não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil;

Pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar;

Pelo próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público.



Prof.ª Nilza Ciciliati

Cadastramento da população idosa em base territorial;

Reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das sequelas decorrentes do agravo da saúde

Unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social;

PREVENÇÃO E MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA PESSOA IDOSA

Atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatorios;

Oferecimento gratuito de medicamentos, especialmente os de uso continuado; próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação;

Atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover.



Prof.ª Nilza Ciciliati

(FGV - 2024) O idoso José Maurício de 81 anos é acolhido em instituição filantrópica e está impossibilitado de se locomover, em função de um AVC que aconteceu há 15 anos. No acompanhamento de seu quadro de saúde:

- A) os filhos do idoso têm que peticionar à Vara do Idoso para ele ser atendido em domicílio;
- B) José Maurício tem o direito de ser atendido em domicílio segundo o disposto na lei;
- C) os netos de José Maurício devem ser responsáveis por levá-lo para todos os tratamentos necessários.
- D) o gerente da instituição de longa permanência de idosos deve custear o traslado para os tratamentos do Sr. José Maurício;
- E) o Ministério Público deve estabelecer parceria com a prefeitura para atendimento domiciliar do idoso.



Prof.ª Nilza Ciciliati

55

DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

O direito à **LIBERDADE** compreende:

Faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

Opinião e expressão;

Crença e culto religioso;

Prática de esportes e de diversões;

Participação na vida familiar e comunitária;

Participação na vida política, na forma da lei;

Faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

O direito ao **RESPEITO** consiste na inviolabilidade da:

Integridade física,

Psíquica e

Moral

O direito à **SAÚDE**, deve assegurar:

Atenção integral, acesso universal e igualitário em um conjunto articulado e contínuo de ações e serviços, para a:

Prevenção

Promoção

Proteção e

Recuperação da saúde

A obrigação alimentar é **SOLIDÁRIA**, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores. Se a pessoa idosa ou seus familiares **NÃO** possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, **IMPÕE-SE AO PODER PÚBLICO ESSE PROVIMENTO**, no âmbito da assistência social.



Prof.ª Nilza Ciciliati

56

(FGV - 2024) Cândido Silva, 75 anos, encontra-se em situação de extrema necessidade financeira, a ponto de colocar em risco a sua própria subsistência. Ocorre que Cândido sempre trabalhou informalmente e nunca teve condições de poupar dinheiro para quando não mais pudesse trabalhar. Seu filho João, de 45 anos, alega não ter condições de prestar auxílio ao pai, pois encontra-se desempregado e com problemas de saúde. Tina, também filha de Cândido, 47 anos, até possui condições, mas se recusa, pois nunca manteve boa relação com o pai. Diante da situação hipotética e com base no Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a afirmativa correta.

- A) A legislação vigente não impõe o dever de prestar alimentos a favor dos pais, de sorte que João e Tina não podem ser obrigados a prestar alimentos para Cândido Silva.
- B) A legislação vigente reconhece o dever dos filhos de prestar alimentos aos seus pais, mas impõe que a obrigação seja suportada por todos os filhos, em igual proporção.
- C) A obrigação alimentar de João e Tina a favor de seu pai é solidária, mas Cândido poderá optar por requerer alimentos de apenas um deles.
- D) Tina, independentemente da sua situação financeira, será exonerada de eventual obrigação alimentar a favor de Cândido se provar que ele é o culpado pela má relação que mantiveram ao longo da vida.
- E) Considerando a situação financeira de João e a recusa de Tina, o poder público deverá prover o sustento de Cândido.



Prof.ª Nilza Ciciliati

57

Política de Seguridade Social no Brasil



- A **Lei Eloy Chaves**, de **1923**, criou as **CAPs**.
- Na década de **1930**, os **IAPs** foram criados para diferentes categorias profissionais.
- Em **1966**, o **INPS** foi criado, unificando os IAPs.



Prof.ª Nilza Ciciliati

58

Modelo de Seguridade Social adotado no Brasil

Sistema híbrido



Financiamento da Seguridade Social

O **artigo 195** da Constituição Federal de 1988 estabelece que a **seguridade social** no Brasil será financiada por toda a sociedade, de forma **direta** e **indireta**, conforme a lei. Portanto, os recursos para a seguridade social virão dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de diversas contribuições sociais.



Prof.ª Nilza Ciciliati

Objetivos da Seguridade Social:

- I - **Universalidade da cobertura e do atendimento;**
- II - **Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;**
- III - **seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;**
- IV - **Irredutibilidade do valor dos benefícios;**
- V - **Equidade na forma de participação no custeio;**
- VI - **diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)***
- VII - **caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.**



Prof.ª Nilza Ciciliati

Algumas Regras e Restrições

- **Contratação com o Poder Público:** Empresas em débito com o sistema de seguridade social **não podem contratar com o Poder Público nem receber benefícios ou incentivos fiscais.**
- **Novas Fontes de Financiamento:** A lei pode instituir outras fontes de financiamento para garantir a manutenção ou expansão da seguridade social.
- **Criação de Benefícios:** Nenhum benefício ou serviço da seguridade social pode ser criado, majorado ou estendido **sem a correspondente fonte de custeio total.**
- **Isenção de Contribuições:** Entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências legais **são isentas** de contribuição para a seguridade social.
- **Contribuições Diferenciadas:** As contribuições sociais podem ter alíquotas diferenciadas conforme a atividade econômica, uso intensivo de mão de obra, porte da empresa ou condição estrutural do mercado de trabalho.



Prof.ª Nilza Ciciliati

(FGV - 2025) O artigo 201 da Constituição Federal pontifica que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Entre as afirmações abaixo elencadas, referentes à seguridade social brasileira, assinale a afirmativa correta.

- A) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social não constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.
- B) A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada isoladamente pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social.
- C) São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
- D) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social poderá contratar com o Poder Público, mas dele não receberá benefícios ou incentivos fiscais.
- E) Os serviços da seguridade social poderão ser estendidos sem a correspondente fonte de custeio total.



Prof.ª Nilza Ciciliati

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC

Concedido à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais

cuja renda mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 do salário-mínimo.

FLEXIBILIZAÇÃO PARA ATÉ 1/2 SALÁRIO-MÍNIMO PER CAPITA, CONSIDERANDO:

o grau da deficiência, a dependência de terceiros para o desempenho de atividades básicas da vida diária; o comprometimento do orçamento do núcleo familiar **exclusivamente** com gastos médicos, com tratamentos de saúde

com fraldas, com alimentos especiais e com medicamentos não disponibilizados gratuitamente pelo SUS, ou com serviços não prestados pelo Suas, **desde que comprovadamente necessários à preservação da saúde e da vida.**

NÃO SERÃO COMPUTADOS NA RENDA

Estágio supervisionado e de aprendizagem (até o limite de 2 anos);
Auxílio financeiro temporário ou de indenização por danos sofridos em decorrência de rompimento e colapso de barragens;
BPC OU benefício previdenciário até 1 salário mínimo.

NÃO PODE SER ACUMULADO

Com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, **salvo:**
- Os da assistência médica;
- Pensão especial de natureza indenizatória;
- De transferência de renda.

Revisão: a cada 2 anos;

Cessaçã: quando forem superadas as condições que lhe deram origem ou em caso de morte do beneficiário. **Não impede nova concessão do benefício;**

Cancelamento: quando se constatar irregularidade na sua concessão ou utilização.



Prof.ª Nilza Ciciliati

AUXÍLIO INCLUSÃO



Tem direito: pessoa com deficiência moderada ou grave que:

Recebia o BPC e começou a trabalhar ganhando até 2 salários mínimos mensais

Será devido a partir da data do requerimento valor: 50% do valor do BPC em vigor

Será concedido automaticamente pelo INSS, observado o preenchimento dos demais requisitos

Esteja inscrita no Cadúnico e tenha CPF regularizado;

Que tenha tido o benefício suspenso

Atenda aos critérios de concessão do BPC, inclusive os de renda familiar

Tenha recebido o BPC 5 anos imediatamente anteriores ao exercício da atividade remunerada

Não está sujeito a desconto de qualquer contribuição e não gera direito a pagamento de abono anual.



Prof.ª Nilza Ciciliati

(FGV - 2025) Acerca do Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, analise as afirmativas a seguir.

I. Garante um salário-mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade.

II. É uma modalidade especial de aposentadoria em que não é preciso ter contribuído para o INSS para ter direito a esse benefício.

III. O solicitante não precisa estar inscrito no Cadastro Único (CadÚnico) para ter direito ao benefício.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.



Prof.ª Nilza Ciciliati

(FGV - 2025) A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) fixa os objetivos da assistência social. Sobre o tema, avalie se os objetivos a seguir correspondem aos prescritos na LOAS.

I. Amparar as crianças e os adolescentes carentes.

II. Oferecer proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

III. Garantir o provimento de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal a qualquer pessoa que esteja desamparada.

É (são) objetivo(s) da assistência social contido(s) na LOAS o que se indica em:

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.



Prof.ª Nilza Ciciliati

OBJETIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



A **proteção social**, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

O amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

A promoção da integração ao mercado de trabalho;

A habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

A garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

A vigilância socioassistencial

Que visa a analisar territorialmente a **capacidade protetiva das famílias** e nela a ocorrência de **vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos**;

A defesa de direitos

Que visa a garantir o **pleno acesso aos direitos** no conjunto das provisões socioassistenciais.

MNEMÔNICO

PRO - VI - DE



Prof.ª Nilza Ciciliati

Professora Nilza Ciciliati



@profnilzaciciliati



t.me/profnilzaciciliati

Cargo atual:

➤ Assistente social, servidora pública federal há 14 anos e professora de Serviço Social para concursos públicos.

Formação:

- Graduada em Serviço Social pela UNIGRAN - MS;
- Pós-graduada em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social pela PUC-PR;
- Pós-graduada em Neurociência aplicada à aprendizagem pela Faculdade Integrada Instituto Souza;
- Pós-graduada em Direito Previdenciário pela Faculdade Internacional Signorelli - RJ.

Aprovações:

- Aprovada para o cargo de Analista do Seguro Social com formação em Serviço Social no INSS (cargo atual);
- Aprovada para o cargo de Técnico do Seguro Social - INSS (2012).
- Aprovada para o cargo de Técnico Administrativo do IFMS (2009), entre outras aprovações para cargos de nível estadual e municipal.



OBRIGADA!

Profª. Nilza Ciciliati

69

Estratégia Saúde



@estrategia.saude



estr.at/e5Qs



t.me/congressoconcursossaude



70

